“Nem toda a paz é paz; algumas tréguas são máscaras de guerra.” Em agosto de 2025, Donald Trump protagonizou mais um capítulo na longa narrativa do conflito russo-ucraniano ao propor uma “trégua realista” entre Kiev e Moscovo. Sob o pretexto de buscar a paz, o ex-presidente dos EUA promoveu um discurso envolto em ambiguidade estratégica: por um lado, oferece-se como mediador pragmático; por outro, insinua que a Ucrânia deve fazer concessões territoriais para alcançar um cessar-fogo. O risco, como denunciam vários analistas, é claro: transformar a paz num mecanismo de pressão sobre a vítima e num presente geopolítico para o agressor. A chamada *tática Trompe-la-Paix* — a paz como engano — revela-se aqui com nitidez preocupante.

Este tipo de retórica disfarça-se de neutralidade, mas esconde um desequilíbrio estrutural. A proposta de Trump, segundo reportagens do *The Guardian* (2025), não contempla qualquer retirada russa nem prevê compensações justas para Kiev. Em vez disto, insinua que o prolongamento da guerra se deve à teimosia ucraniana em negociar, deslocando a culpa do agressor para a vítima. Este discurso, que inverte a lógica da justiça internacional, traduz-se numa manobra política altamente perigosa. Não só embala as ambições territoriais de Vladimir Putin, como também pressiona a Ucrânia a aceitar o inaceitável.

A literatura recente sobre diplomacia populista ajuda a compreender esta estratégia. Norris (2025) argumenta que líderes populistas frequentemente utilizam negociações internacionais como palcos performativos, onde a retórica triunfa sobre a substância e o espetáculo sobrepõe-se à solução. Trump, fiel a este estilo, posiciona-se como figura pacificadora, mas sem compromisso com a complexidade do conflito. A sua proposta não resulta de diplomacia estruturada, mas de cálculo político interno: projetar imagem de liderança global sem incorrer em custos reais ou compromissos profundos.

O problema central, como apontado por Fortna (2024), reside na natureza assimétrica das negociações propostas. Quando a paz é construída sobre desequilíbrios de poder — como uma Ucrânia devastada pressionada a negociar com uma Rússia ocupante — o resultado dificilmente será justiça. A história mostra que tréguas baseadas na consolidação de agressões territoriais resultam, quase sempre, em conflitos congelados ou reativados. Ceder território sob ameaça armada, mesmo que em nome da paz, é institucionalizar a violência como método de negociação.

Este risco ganha contornos ainda mais graves no contexto europeu. Relatórios do European

Council on Foreign Relations (ECFR, 2025) sublinham que uma trégua assimétrica entre Ucrânia e Rússia abriria um precedente geopolítico de vasto alcance. Ao legitimar a apropriação de territórios pela força, estaria a lançar uma sombra sobre outras zonas de tensão internacional — como Taiwan, o Mar da China Meridional, ou até disputas no Ártico. Uma cedência em Kiev poderia desencadear um efeito dominó, minando décadas de construção de uma ordem internacional baseada em regras, soberania e integridade territorial.

Acresce ainda a questão ética. Williams (2024) defende que qualquer processo de negociação digno deste nome deve respeitar um mínimo de equidade moral. Pressionar uma vítima a aceitar perdas irreversíveis não é diplomacia — é imposição. É transformar a negociação num teatro de aparência conciliadora onde, no fundo, a violência se normaliza. A tática Trompe-la-Paix encarna precisamente esta perversão: promove-se a paz no discurso, enquanto se facilita a vitória do mais forte na prática.

Zelenskyy encontra-se, assim, encurralado entre duas pressões contraditórias. Recusar a proposta de Trump pode ser interpretado como obstinação e recusa à paz. Aceitá-la, por outro lado, seria trair os princípios pelos quais o país tem lutado — incluindo a integridade territorial e o direito à autodeterminação. Esta armadilha diplomática converte o agredido em obstáculo e o agressor em parceiro. É a inversão moral da narrativa do conflito, em que a vítima é responsabilizada pela continuidade da violência.

Do ponto de vista estratégico, a proposta de Trump é particularmente vantajosa para Moscovo. Um cessar-fogo com base nas atuais linhas de frente permitiria à Rússia consolidar os seus ganhos, rearmar-se e preparar-se para novas ações. Putin poderia apresentar a trégua como demonstração de razoabilidade, diluindo as sanções e dividindo o Ocidente. Além disto, uma trégua congelaria o conflito sem resolvê-lo, mantendo a Ucrânia numa posição de instabilidade permanente. Para Moscovo, seria uma vitória sem disparar mais um tiro.

A Europa, por sua vez, revela a sua fragilidade estrutural. Apesar de esforços como a iniciativa Weimar+ para manter o apoio à Ucrânia, fissuras internas comprometem a coerência. Países como a Hungria, cada vez mais próximos de Moscovo, bloqueiam consensos na União Europeia. Outros hesitam em confrontar diretamente Trump, por receio de rutura transatlântica. Esta divisão aumenta o risco de aceitação passiva da tática Trompe-

la-Paix, não por convicção, mas por exaustão ou cálculo político.

O mais preocupante é que esta lógica de apaziguamento disfarçado tende a normalizar-se. Se a comunidade internacional aceitar que se pode premiar a agressão com território, estará a redefinir os parâmetros da legalidade internacional. Estará a institucionalizar a força como critério de decisão. E estará a abandonar princípios fundadores da ordem pós-Segunda Guerra Mundial — como a inviolabilidade das fronteiras, o direito dos povos à autodeterminação e a condenação da guerra de agressão. Neste cenário, a Ucrânia não seria apenas a vítima de uma ocupação, mas o símbolo do colapso de um sistema.

A retórica de Trump apresenta-se como caminho para a paz; é, na verdade, um instrumento de pressão calculada e desequilibrada. Ao embalar Putin com concessões implícitas e ao pressionar Kiev com a responsabilidade moral da paz, a tática Trompe-la-Paix fragiliza não apenas a Ucrânia, mas todo o edifício da diplomacia baseada em justiça e proporcionalidade. Paz imposta não é paz; é silêncio armado. Tréguas desequilibradas não encerram guerras; apenas as adiam.

Conclui-se que a comunidade internacional não pode confundir a aparência de paz com os seus princípios fundamentais. Ceder à tentação de “encerrar” um conflito às custas da vítima é legitimar a lei do mais forte. É trocar justiça por conveniência e segurança por ilusão. A tática Trompe-la-Paix de Trump é, portanto, menos uma solução do que um sintoma — o sintoma de um sistema internacional em crise de coragem e clareza moral. Resgatar estes princípios exige recusar soluções fáceis que recompensam agressores e punem resistências. Se a paz tiver de vir, que venha com justiça. Qualquer outro caminho é apenas guerra disfarçada.

Referências Bibliográficas

European Council on Foreign Relations (ECFR). (2025). *Europe, Ukraine and Strategic Autonomy*. ECFR Policy Report.

Fortna, V. (2024). Peace Agreements and Their Failures in Modern Conflicts. *International Security*, 49(1), 25–49.

Norris, P. (2025). Populism and International Negotiations: Performance over Substance. *Journal of Political Studies*, 61(2), 145–163.

The Guardian. (2025, August 20). *European leaders scramble to shield Ukraine in high-stakes Trump talks*.

Washington Post. (2025, August 20). *Limits of Trump’s diplomacy clear as Moscow balks at Ukraine plan*.

Williams, J. (2024). Ethics of Peace Negotiations in Asymmetric Conflicts. *Ethics & International Affairs*, 38(4), 405–419.

AP News. (2025, August 19). *Trump begins planning for Putin–Zelenskyy meeting while affirming US help with security guarantees*.